

EVASÃO ESCOLAR NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA ACESSO E PERMANÊNCIA DO JOVEM TRABALHADOR

Régis Zanella ¹
Suely Aparecida Martins ²

RESUMO

Este artigo traz reflexões sobre o tema da evasão escolar, tendo como objeto de estudo³ as turmas de ensino médio integrado aos cursos técnicos, de um campus do Instituto Federal de Santa Catarina – IFSC. Devido à complexidade das causas desse fenômeno, discute-se a evasão escolar a partir do contexto social. Levando em consideração, a expansão e interiorização das instituições federais de ensino, os números apresentados pelo IBGE 2022 e as perspectivas para o mundo do trabalho nos quadros em que se apresenta à sociedade capitalista em suas condições estruturais de desigualdade e de exclusão procuramos visualizar como as políticas públicas de educação expressam alguma garantia de acesso e permanência dos jovens na educação básica de nível médio. Depreende-se que a educação é parte das características dos indivíduos e das sociedades, estando diretamente ligada ao trabalho e as suas transformações, sendo por isso, uma prática social em constante movimento que desperta múltiplos interesses. Aborda-se a concepção de educação numa perspectiva materialista histórico-dialética, através da metodologia de levantamento bibliográfico de autores que trabalham sobre os temas que envolvem a evasão e as pautas do ensino médio integrado no Brasil, como, Frigotto, Ciavatta e Ramos(2005), Ramos (2008; 2014), entre outros. Para alicerçar alguns dos conceitos referentes ao tema da evasão em sentido universal recorremos a Dore e Lüscher (2011); Ferreira (2013); Figueiredo e Salles (2017). O debate sobre o ensino médio e a formação de jovens é tratado sob o posicionamento dos autores Antunes (2020), Martins e Santos (2021), entre outros. Esse trabalho revela um impacto positivo das políticas públicas na tríade contra a evasão, sendo o acesso, a permanência e o êxito dos estudantes. Porém destaca-se a importância de continuidade no trabalho das ações que as aproximam da comunidade local e as tornam mais efetivas.

Palavras-chave: Ensino Médio Integrado; Evasão Escolar; Políticas Públicas.

INTRODUÇÃO

Escrever sobre evasão escolar no Ensino Médio Integrado requer uma discussão contextualizada dessa forma de ensino e da educação como um todo. Para apresentar o que nos propomos, iniciamos buscando conceituar evasão, bem como relacioná-la ao dualismo escolar presente na sociedade de classes. Em seguida, destacamos como na história do Ensino Médio (EM), no Brasil, o dualismo esteve presente, de modo a vincular a formação técnica profissional como destinada a uma classe que não deveria acessar o ensino superior.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste.Fb/PR. regis.zanella@gmail.com;

² Professora adjunta do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste.Fb/PR martins_sue@hotmail.com.

³ Este estudofaz parte da pesquisa em andamento no âmbito do programa de pós-graduação *stricto sensu* em Educação, do Programa de Pós-Graduação da Univesidade Estadual do oeste do Paraná – Unioeste Fb/PR

Neste cenário, as políticas públicas de educação se apresentam com uma proposta de ampliar o acesso de ingresso ou continuidade na formação escolar aos públicos que apresentam mais dificuldades, entre elas a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) que celebrou seu centenário, em 2009, constituindo-se de diversas instituições, incluindo os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), o que representa um marco significativo nas políticas públicas de educação profissional.

Entre as instituições criadas por meio da Lei nº 11.892/2008, está o Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), que integra o *corpus* deste estudo. De acordo com Ramos (2014), os Institutos Federais, atendem às ofertas de educação profissional e tecnológica em diversas modalidades de ensino, fundamentada na combinação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as práticas pedagógicas inerentes.

As ofertas de cursos em nível de ensino médio ofertados pelos Institutos Federais (IFs), sobre as quais trataremos neste texto, fazem observância à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), que em seu Art. 36-A. determina que: “[...] o ensino médio, atendida a formação geral do educando, poderá prepará-lo para o exercício de profissões técnicas” (BRASIL, 1996), tendo possibilidades de ofertas nas formas de ensino integrado, concomitante⁴ e subsequente. Os cursos técnicos integrados são uma oferta somente para quem já tenha concluído o ensino fundamental, efetuando-se matrícula única para cada aluno.

Este estudo é uma parte das investigações em andamento no âmbito de um programa de pós-graduação *stricto sensu* em Educação. O propósito central é realizar uma análise sobre a evasão escolar nas turmas do primeiro ano dos cursos técnicos integrados de nível médio (CTI), no IFSC, especificamente no Campus Xanxerê. Através deste texto, almejamos examinar de que maneira as políticas públicas de educação refletem medidas que assegurem o acesso e a permanência dos jovens na educação básica de nível médio.

Através das divulgações no site oficial e nas plataformas de redes sociais do campus, é possível constatar que, no ano de 2021, 90 estudantes concluíram os CTIs, recebendo o certificado correspondente. No entanto, o número total de matriculados atingiu 120 para as três turmas que têm oferta anual. Dados de estudos, como os realizados por Oliveira (2016) e Zanin (2019), entre outros, sobre a evasão no IFSC, incentivam-nos a aprofundar nossa compreensão desse fenômeno. Assim, esta pesquisa abrange uma análise que leva em

⁴ A forma concomitante, oferecida a quem ingresse no ensino médio ou já o esteja cursando, efetuando matrículas distintas para cada curso, podendo ser na mesma instituição de ensino ou em instituição diferente. A forma subsequente, ocorre em cursos destinados a quem já tenha concluído o ensino médio. (BRASIL, 1996)

consideração tanto o ambiente escolar quanto o contexto socioeconômico nos quais os estudantes estão inseridos.

REFERENCIAL TEÓRICO

Para este estudo, optou-se como percurso teórico-metodológico o materialismo histórico-dialético, que trata a realidade social a partir da sua materialidade, afastando-se de perspectivas idealistas. De acordo com Marx (1985, p. 153), os fatos representam a realidade concreta, aquilo que o ser humano transforma por meio do seu trabalho. No Brasil, a história sobre a qual a educação se edificou é permeada pelas desigualdades de classe e pelos conflitos dela decorrentes. O método do materialismo histórico-dialético nos possibilita compreender como a educação profissional se constituiu numa sociedade extremamente desigual, bem como evidenciar as tensões presentes.

Partindo desse pressuposto, só é possível falar de educação e trabalho, a partir das condições históricas estabelecidas. Desse modo, os IFs, foram criados com a promessa de educação profissional de qualidade, ou seja, contemplando uma formação omnilateral e politécnica, com vistas à formação de sujeitos que além dos conhecimentos técnicos, possam eles ampliar sua percepção de mundo e da sua importância enquanto cidadãos. A Resolução CNE/CP nº 1, de 5/1/2021, em seu Art. 26, e inciso I, prescreve que:

Os cursos de qualificação profissional técnica e os cursos técnicos, na forma articulada, integrada com o Ensino Médio ou com este concomitante em instituições e redes de ensino distintas, com projeto pedagógico unificado, terão carga horária que, em conjunto com a da formação geral, totalizará, no mínimo, 3.000 (três mil) horas, a partir do ano de 2021, garantindo-se carga horária máxima de 1.800 (mil e oitocentas) horas para a BNCC, nos termos das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, em atenção ao disposto no §5º do Art. 35-A da LDB.

As políticas públicas de inclusão para estudantes podem trazer algum alento imediato para o público específico, porém, de acordo com Kuenzer “A dualidade estrutural tem suas raízes na forma de organização da sociedade, que expressa as relações entre capital e trabalho;pretender resolvê-la na escola, através *de uma nova concepção*, ou é ingenuidade ou é má fé.”(KUENZER, 2022, p. 35). Portanto, não são suficientes para abreviar o abismo da dualidade e da desigualdade educacional no Brasil que marca presença desde o início da colonização.

Meira (2015), infere que uma das maiores fraquezas do sistema nacional de ensino consiste na evasão escolar, pois esta pode desencadear problemas escolares aos alunos e

também para a sociedade, causando sérias repercussões em âmbito acadêmico, econômico e social. Entre os conceitos para a evasão, incluem-se os níveis de escolaridade em que a evasão ocorre, os diferentes tipos de evasão (como descontinuidade, retorno e saída definitiva do sistema de ensino) e as razões de ordem pessoal que motivam a evasão, tais como a escolha de outra instituição de ensino, a busca por oportunidades de trabalho, o desinteresse na continuidade dos estudos, problemas na escola, questões pessoais ou desafios sociais (DORE; LÜSCHER, 2011, p. 775).

Todavia, para melhor entendermos o fenômeno da evasão escolar na sociedade brasileira e como ele se manifesta na educação profissional, consideramos importante relacioná-lo às questões estruturais e que demarcam a evasão relacionada a sociedade de classes. Para tanto, consideramos que “a repetência, o abandono, a produção do retardo escolar são mecanismos de funcionamento da escola” e que contribuem no processo de reprodução das desigualdades sociais, sendo manifestações do dualismo escolar. (CAMPELLO, 2023, p. 01)

METODOLOGIA

O presente estudo adota uma abordagem qualitativa de natureza exploratória e bibliográfica, utilizando a metodologia de estudo de caso. De acordo com Godoy (1995, p. 21), “a pesquisa qualitativa ocupa um lugar reconhecido entre as diversas possibilidades de estudar os fenômenos que envolvem os seres humanos e suas complexas relações sociais, estabelecidas em diversos contextos”.

A incidência da evasão escolar nos CTIs, bem como os escassos estudos sobre essa temática são fatores que justificam esse trabalho. Muitas pesquisas tratam da evasão escolar no Brasil, porém, poucas concentram investigações nesse tipo de ensino, objeto central deste estudo. Conforme afirmam Figueiredo e Salles:

Ao contrário do que ocorre nos níveis fundamental e médio, o ensino técnico não conta com uma quantidade expressiva de estudos sobre evasão, o que dificulta tanto a construção de um referencial teórico sólido quanto o levantamento de indicadores a serem utilizados nas pesquisas empíricas (DORE; LÜSCHER, 2011; MACHADO; MOREIRA, 2012; SALES; CASTRO; DORE, 2013). (FIGUEIREDO; SALLES, 2017 p. 360)

Considerando a assertiva das autoras, empreendeu-se uma pesquisa acerca do estado do conhecimento acerca da evasão escolar no Brasil. Esse levantamento foi conduzido através da análise de teses e dissertações disponíveis na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD),

conforme sugere Morsini (2014). Essa abordagem proporciona aproximação aos estudos já realizados sobre o tema. Os resultados obtidos nessa busca são predominantemente provenientes de cursos na área da educação

Em número reduzido, são encontradas pesquisas com o tema de evasão nos CTIs, conforme verificado na síntese elaborada nos quadros 1 e 2, a seguir. As buscas foram realizadas com o descritor ‘evasão escolar’, com o recorte temporal de ‘2018 a 2022’, com o filtro ‘cursos na área da educação’.

Quadro 1 - Resultados do levantamento de teses e dissertações no BDTC/IBICT.

Descritor	Recorte Temporal	Total de Resultados	Resultados ⁵ por Instituição de Ensino com as três maiores publicações
Evasão escolar	2018-2022	36 resultados	3 resultados (UFBA) 3 resultados (UFJF) 2 resultados (PUC -GO)
Evasão escolar	2018-2022	84 resultados	10 resultados (UFRGS) 7 resultados (UFMG) 5 resultados (UNIOESTE)
Evasão escolar	2018-2022	312 resultados	21 resultados (FGV) 20 resultado (UFRGS) 18 resultados (UFJF)

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Buscamos trazer o debate mais atual em relação a educação técnico-profissional, no sentido de destacar que ela se encontra imbricada nos debates acerca de uma educação pragmática, voltada ao mercado de trabalho e uma educação politécnica, pautada na formação omnilateral.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nas últimas décadas o impacto da expansão da Rede Federal como política pública permanente, movimentou dispêndios financeiros que geram responsabilidade de prestação de contas à população. Diante das necessidades de exposição e controle dos dados da rede foram criados sistemas de gestão, tal como a Plataforma Nilo Peçanha (PNP), ⁶do Ministério da Educação. Os dados de gestão disponíveis na PNP indicam que o IFSC apresenta uma taxa de

⁵ Para a última coluna do Quadro 1(um), foram listadas, em ordem decrescente, as instituições com maior número de publicações com o descritor informado. Dessa forma, é possível constatar que as pesquisas são encontradas em instituições que pesquisam a área da educação e estão distribuídas por todo o território nacional.

⁶ Para visualizar integralmente os gráficos e os dados de número de matrículas, número de concluintes dos cursos, número de evadidos, número de cancelados e outras informações que se façam necessárias, acessar o sítio do PNP, disponível em: [gráficoshttps://www.gov.br/mec/pt-br/npn](https://www.gov.br/mec/pt-br/npn).

evasão de 28,71%, para o ano de 2022. Esse percentual refere-se à proporção de estudantes que deixaram os cursos sem conclusão, considerando o total de 47.430 matrículas registradas. O IFSC, possui 22 campus com características distintas, oferecendo uma variedade de cursos que abrangem desde Formação Inicial e Continuada (FIC) até pós-graduação *stricto sensu*.

Oliveira (2016), evidencia em seus estudos que entre as dificuldades que os estudantes dos cursos técnicos enfrentam para frequentar o curso até a sua conclusão, estão a “incompatibilidade de trabalhar e estudar”(OLIVEIRA, 2016, p. 95).

Na análise de elementos que motivam a permanência dos estudantes à conclusão do curso, Zanin apresenta em suas constatações, que:

[...] mais do que apontar motivadores do abandono, faz-se fundamental compreender a relação estabelecida entre a multiplicidade de fatores que o envolvem, bem como sua relação com a função social da educação e a que sociedade ela serve, ou seja, observar o abandono escolar e sua relação com as múltiplas questões que determinam e são determinantes na educação. (ZANIN, 2019, p. 103)

Outra questão que se pode verificar com a análise de trabalhos que pesquisam a evasão, é a responsabilização das instituições de ensino sobre a ocorrência da evasão, ou seja, a comunidade e os órgãos de controle do governo esperam que as instituições resolvam o problema de os estudantes deixarem os cursos, seja por meio de elaboração de novas metodologias didáticas, novas ofertas de cursos, capacitação docente, alteração curricular entre outras. Responsabilização que pode ser confirmada no Documento Orientador do SETEC/MEC: “Embora alguns fatores [...]estejam ligados a circunstâncias em que a intervenção é dificultada por aspectos próprios, as instituições devem se comprometer a buscar medidas que contribuam com a solução ou mitigação dessas questões.” (BRASIL, 2014, p.20)

Salles e Figueiredo apresentam uma pesquisa de 2013 conduzida por pesquisadores internacionais, a qual destaca fatores diferentes daqueles previamente identificados por pesquisadores na área, sendo denominada como "Falling out", conforme detalham:

Falling out constitui o efeito da insuficiência de apoio pessoal e educacional. Trata-se de um processo de abandono em que o aluno gradualmente manifesta desejos e comportamentos de desengajamento. Aqui não há “agente motivador” da evasão. Nem escola, nem aluno são responsáveis por esse tipo de fracasso, mas circunstâncias. (SALLES; FIGUEIREDO, 2017, p. 365)

Dore e Lüscher corroboram com as conclusões de outros pesquisadores na área ao destacar que uma compreensão aprofundada da evasão escolar demanda a análise de conceitos que permeiam esse cenário. As autoras incorporam em suas análises termos da

língua inglesa, a fim de abordar de maneira abrangente o fenômeno da evasão escolar. Além disso, adotam uma conceituação ampla para definir a evasão escolar no contexto brasileiro, conforme descrevem:

A evasão escolar tem sido associada a situações tão diversas quanto a retenção e repetência do aluno na escola, a saída do aluno da instituição, a saída do aluno do sistema de ensino, a não conclusão de um determinado nível de ensino, o abandono da escola e posterior retorno. Refere-se ainda àqueles indivíduos que nunca ingressaram em um determinado nível de ensino, especialmente na educação compulsória, e ao estudante que concluiu um determinado nível de ensino, mas se comporta como um *dropout*. (DORE, 2011, p. 775).

A conceituação abrangente da evasão, destacada pelas autoras, considera aqueles que, embora tenham concluído um nível de ensino, não progredem para o nível seguinte, impedindo a continuidade e a ascensão nos estudos para se tornarem egressos após a conclusão dos diferentes níveis de ensino. Conforme definido pelo Ministério da Educação (MEC), um egresso é "o aluno que efetivamente concluiu os estudos regulares, estágios e outras atividades previstas no plano de curso e está apto a receber ou já recebeu o diploma" (BRASIL, 2009, p. 12).

De acordo com o Censo Escolar, em 2021, o gráfico da evasão escolar mostra que as preocupações com a evasão na educação básica fazem jus à realidade. Como pode se visualizado no gráfico com os indicativos:

Gráfico 1: Taxa de insucesso (reprovação+abandono) por série/ano nos ensinos fundamental e médio por rede de ensino -Brasil 2021.



Fonte: Inep/Censo Escolar 2019, 2021.

A partir dos números do gráfico, percebe-se que o ensino médio na rede pública de educação tem um percentual significativo de evasão, especialmente no primeiro ano. Podemos inferir que para além de garantir vagas, é preciso considerar com mais seriedade a questão de garantia de condições aos jovens do ensino médio concluírem essa etapa escolar.

Ao consultar os dados do censo escolar, é possível ter um panorâma do aumento da oferta da educação profissional durante a gestão do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, no qual se deu a aprovação do Decreto nº 5.154/2004, que visa atender as reivindicações de melhoria na qualidade desta modalidade de educação. O Decreto visa a oferta do EM integrado ao ensino técnico, que contempla uma formação com um currículo composto por cultura, ciência e formação em área específica para o trabalho de nível técnico.

O número de matrículas para os cursos dessa modalidade, na Rede Federal, teve seu número duplicado, conforme pode ser verificado na tabela abaixo (Tabela 1), no recorte de um período de seis anos, tendo como fonte de consulta os dados do censo escolar no site do Inep:

Tabela 1- Amostra de número de matrículas na educação profissional.

Evolução do número de matrículas na educação profissional por dependência administrativa - Brasil - 2008/2014					
Ano	Federal	Estadual	Municipal	Privada	Total
2008	132.732	322.362	36.120	451.703	942.917
2010	179.433	418.157	32.265	548.685	1.178.540
2012	224.892	505.714	31.056	636.531	1.398.193
2014	249.604	536.678	40.927	957.194	1.784.403
Nota: Inclui matrículas da educação integrada ao Ensino Médio					

Fonte: MEC/Inep <https://www.google.com/urlportal.mec.gov.br/docfevereiro2015-pdf/dados-censo-2015-11-02-materia>.

O Ensino Médio enfrenta mais um desafio desde o ano de 2017, que é a sua reestruturação com a implantação da Lei nº 13.415/2017. De acordo com Martins e Santos a lei, que inclui também a Nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC), traz para o cenário contemporâneo, um projeto de alteração curricular para o EM o que reforça a continuidade do histórico de educação desigual tanto em suas formas de oferta quanto pelas características do ensino. De acordo com as autoras, a implantação dessa lei significa [...]um projeto educacional tendo como pauta as necessidades de reformas curriculares para a educação e o Ensino Médio vinculadas aos interesses do mercado.” (MARTINS; SANTOS, 2021, p. 6).

Para Frigotto, Ciavatta e Ramos, educação integrada, além de ser um tema central de disputas na história da educação no Brasil, é um caminho possível para superar as diferenças entre a oferta de educação para o estudante da classe trabalhadora e o estudante burguês. Os autores descrevem o conceito de educação integrada da seguinte forma:

O ensino médio integrado é aquele possível e necessário em uma realidade conjunturalmente desfavorável - em que os filhos dos trabalhadores precisam obter uma profissão ainda no nível superior de ensino - mas que potencialize mudanças para, superando-se essa conjuntura, constituir-se essa conjuntura, constituir-se em uma educação que contenha elementos de uma sociedade justa. (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2010, p. 44)

Na sociedade capitalista, de acordo com os autores, a educação não é a mesma para todos, mas expressão da dualidade estrutural, sendo que há caminhos diferenciados de escolarização para a formação das elites e a escola para a formação do proletariado. Ainda, Campello infere que:

Nessa concepção está implícita a divisão entre aqueles que concebem e controlam o processo de trabalho e aqueles que o executam (...) Essa visão que separa educação geral, propedêutica da educação específica e profissionalizante, reduz a educação profissional a treinamentos para preenchimento de postos de trabalho. (Campello, 2023, p. 2-3)

Para Kuenzer, uma educação de qualidade⁷ está para além de sua porta de entrada, pois o corpo estudantil que cada unidade escolar recebe em seu ambiente escolar, ingressa na escola que é destinada para a sua classe social, associados a fatores como sua localização de moradia e condições de renda familiar, para a autora, somente igualdade de condições garantirá uma educação também igual. (KUENZER, 2022, p. 35)

A educação integrada contempla os aspectos de inserção social e cultural da formação humana e suas práticas sociais. Ramos, sugere a integração em dois momentos principais: “o primeiro possibilita formação omnilateral dos sujeitos” (RAMOS, 2008 p. 3), que contempla a vida de modo geral, em que estão situadas as dimensões de trabalho, ciência e cultura. No segundo aspecto, o conjunto de características que conformam os humanos enquanto grupos sociais, sendo sua cultura, valores e normas.

O dilema da formação dos jovens é evidenciado no contexto do Ensino Médio, sendo profundamente influenciado pela questão do trabalho, que, numa sociedade neoliberal como a

⁷ Qualidade ou excelência de acordo com o Inciso V, do Art. 6º, da lei de criação desta instituição, Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Brasília, DF, 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm.

nossa, impõe desafios constantes aos trabalhadores. Nesse sentido, Ciavatta (2005) destaca a importância de assegurar uma formação abrangente aos estudantes do Ensino Médio pertencentes à classe trabalhadora. Essa formação visa capacitá-los para que, ao concluírem essa etapa educacional, possam buscar emprego em condições dignas ou optar por prosseguir seus estudos, possibilitando uma ascensão na formação de acordo com suas oportunidades e interesses.

Enguita, infere que a escola “a escola contribui para que os indivíduos interiorizem seu destino, sua posição e suas oportunidades sociais como se fossem sua responsabilidade pessoal.” (ENGUITA, 1989, p. 193) O autor alerta para o discurso que nega as condições histórico-sociais como reprodutoras das mazelas e das diferenças de oportunidades entre os sujeitos que a frequentam.

Com base nas teorias discutidas e nos dados mais recentes sobre os índices de evasão, compreendemos que a ideologia do sistema capitalista se manifesta nos ambientes educacionais, moldando o currículo escolar e condicionando-o ao público-alvo. Isso evidencia, como observamos, um sistema de dualidade nas instituições de ensino.

Considerações finais

A tarefa de realizar uma reflexão sob apanhados teóricos referentes a evasão é um desafio que tentamos alinhar como primeiro passo para avançar nas discussões futuras. A expansão da Rede Federal vem se consolidando quanto ao seu processo formativo e na oferta da educação profissional integrada ao ensino médio com a concepção de educação comprometida com a formação humana integral. Porém, faz frente no atendimento às demandas do capital, tendo em vista a sua criação como estratégia de desenvolvimento regional.

No entanto, entende-se ser necessário realizar uma análise detalhada dos elementos que contribuem para a problemática da evasão escolar. Isso se torna essencial para compreender e discernir as fronteiras e oportunidades inerentes às iniciativas destinadas à permanência e ao êxito acadêmico.

De acordo com as potenciais discussões elencadas pelos autores mencionados neste texto, é possível salientar que os debates em torno da educação dos jovens são urgentes e não podem ser cindidos do cotidiano escolar, tendo sempre em vista espaços para debates democráticos com os próprios interessados, jovens e educadores.

Referências

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. CONSELHO PLENO. **Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021**. Diário Oficial da União, Brasília, 6 de janeiro de 2021, Seção 1, pp. 19-23. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=90891. Acesso em: 28 abr 2023.

BRASIL. **LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Ministério da Educação, Brasília, 2005. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm . Acesso em: 04 de jan 2023

BRASIL. **Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. **Brasília, DF, 2008**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm Acesso em: 09 nov 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Documento orientador para superação da evasão e retenção na rede federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. Brasília:MEC/SETEC, 2014. Disponível em: <http://r1.ufrj.br/ctur/wpcontent/uploads/2017/03/Documento-Orientador-SETEC.pdf>. Acesso em: 26 mai 2023.

CAMPELLO, A. M. **Dicionário da educação profissional em saúde: dualidade educacional**. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio., 2009. p. 1-2. Dicionário da Educação Profissional em Saúde. Disponível em: <http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/duaedu.html>. Acesso em: 07 set. 2013.

CIAVATTA, M. A Formação Integrada a Escola e o Trabalho como Lugares de Memória e de Identidade. **Revista Trabalho Necessário**, v. 3, n. 3, 6 dez. 2005. <https://doi.org/10.22409/tn.3i3.p6122>. Acesso em: 10 jan 2023.

DORE, R.; LÜSCHER, A. Z. Permanência e evasão na educação técnica de nível médio em Minas Gerais. **Cadernos de Pesquisa**, v. 41, n. 144, p. 770-789, 2011.

ENGUITA, M. F. **A face oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo**. Trad.: Tomaz Tadeu da Silva. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

FIGUEIREDO, N. G. S.; SALLES, D. M. R. **Educação Profissional e Evasão Escolar em Contexto: motivos e reflexões. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 95, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362017002500397>. Acesso em: 18 ago 2023

GODOY, A. S. Pesquisa Qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 3, 1995.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Sinopse Estatística da Educação Básica 2018. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basicacenso-escolar-sinopse-sinopse>>. Acesso em 16 mai 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA (IFSC). **Resolução CONSUP nº 23**, de 21 de agosto de 2018. Aprova, ad referendum, o Plano Estratégico de Permanência e Êxito dos Estudantes do IFSC. Florianópolis: IFSC, 2018. Disponível em: <https://sig.ifsc.edu.br/sigrh/public/home.jsf>. Acesso em: 23 mai 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA (IFSC). **Resolução CONSUP nº 23**, de 21 de agosto de 2018. Aprova, ad referendum, o Plano Estratégico de Permanência e Êxito dos Estudantes do IFSC. Florianópolis: IFSC, 2018a. Disponível em: <https://sig.ifsc.edu.br/sigrh/public/home.jsf>. Acesso em: 14 fev 2023.

MARX, K; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MEIRA, C. A. **A Evasão Escolar no Ensino Técnico Profissionalizante: um estudo de caso no Campus Cariacica do Instituto Federal do Espírito Santo**. Vitória: UFES, 2015.

OLIVEIRA, L. E. S. de. Evasão nos cursos subsequentes do IF-SC Campus Criciúma – 2016. 141 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2016. Disponível em: <http://repositorio.unesc.net/handle/1/3958>. Acesso em: 22 ago 2023.

RAMOS, M. N. **A Concepção de Ensino Médio Integrado, 2008**. Disponível em: <https://tecnicadmiwj.files.wordpress.com/2008/09/texto-concepcao-do-ensino-medio-integrado-mariseramos1.pdf>. Acesso em: 03 fev 2023.

Ramos, M. N. **História e política da educação profissional**. Curitiba: 2014. Instituto Federal do Paraná. Disponível em: <https://ifpr.edu.br/curitiba/wp-content/uploads/sites/11/2016/05/Historia-e-politica-da-educacao-profissional.pdf>. Acesso em: 20 ago 2023.

SANTOS, F. S.; MARTINS, S. A. Novo ensino médio: consequências e perspectivas para a formação dos jovens. **Revista Pedagógica**, v. 23, p. 1-27, 2021. DOI <http://dx.doi.org/10.22196/rp.v22i0.x5786>

ZANIN, A. J. D. P. C. **Abandono e Permanência Escolar na Educação Profissional e Tecnológica: olhares de trabalhadores da educação do Instituto Federal de Santa Catarina**. 2019. 279 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2019. Disponível em: <https://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/4665>. Acesso em: 15 dez 2022.